



**CENTRO DE ESTUDOS DE POLITICAS E PROGRAMAS AGROALIMENTARES
(CEPPAG)**

AGENDA DE INVESTIGAÇÃO (2015-2019)

CONTEXTO

O Centro de Estudos em Políticas e Programas Agro-alimentares (CEPPAG) é uma unidade orgânica da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) que pugna pela melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos, fruto de políticas e programas agrários informados por investigação aplicada robusta.

O CEPPAG procura (i) consolidar e aumentar a capacidade nacional para produzir investigação aplicada orientada para formulação de políticas agro-alimentares de qualidade, (ii) incentivar os decisores públicos sobre a necessidade de utilizarem evidência empírica sólida no processo de tomada de decisões, (iii) promover parcerias e troca de experiências que mobilizam massa crítica, e reduzem o isolamento dos investigadores, e (iv) servir de plataforma que permite gerar e desenvolver ideias de pesquisa empírica de qualidade que resulte na elaboração e implementação de políticas sectoriais sincronizadas.

O objectivo do presente plano de investigação é descrever o conjunto de actividades estratégicas que o CEPPAG se propõe realizar no quinquênio 2015-2019. As actividades propostas baseiam-se na missão e visão do CEPPAG descritos no documento conceptual.

Durante o período 2015-2019, o objectivo do CEPPAG é iniciar e fortalecer interações com parceiros científicos e institucionais, nacionais e internacionais, cujo resultado

deverá ser o reconhecimento do CEPPAG como centro de excelência em Moçambique e na região no domínio da investigação aplicada e treinamento direccionado a políticas públicas e programas agro-alimentares. Tentativamente, o CEPPAG irá, durante os primeiros cinco anos, dedicar-se às seguintes acções estratégicas:

1. Estabelecer a equipe de trabalho e de governação;
2. Definir a agenda de investigação do centro;
3. Estabelecer bolsas e programas de investigação,
4. Fortalecer as unidades de políticas nas instituições públicas que fazem parte do domínio de investigação do CEPPAG;
5. Disseminar os resultados de investigação aplicada direccionados para políticas públicas;
6. Estabelecer e implementar um programa de monitoria e avaliação.

1. EQUIPE DE TRABALHO E GOVERNAÇÃO

1.1 O CONSELHO DO CEPPAG

O regulamento do CEPPAG prevê uma gestão participada pelos parceiros com os quais pretende cooperar. Uma das prioridades da agenda do CEPPAG é constituir o conselho do CEPPAG, composto por decisores públicos, investigadores, parceiros de desenvolvimento.

O Conselho do CEPPAG (CC) é o órgão superior de decisão ao nível do Centro, que toma decisões estratégicas e faz supervisão da equipe executiva. O CC reúne-se duas vezes por ano para aprovar, entre outros, a agenda de investigação, o orçamento, e o relatório anual de trabalho do CEPPAG, incluindo o relatório de contas.

1.2 A EQUIPE DE PESQUISA DO CEPPAG

O a equipe de pesquisa do CEPPAG consiste de um(a) director(a), cinco analistas, um(a) contabilista(a), um(a) secretário(a), e um motorista. Além dos cinco analistas permanentes, existe a possibilidade do CEPPAG contratar pesquisadores associados que irão colaborar com o CEPPAG em tarefas específicas, sempre que necessário. A formação da equipe de pesquisa será gradual, mas preve-se que esta esteja minimamente operacional até ao final de 2014.

2. AGENDA DE PESQUISA

O CEPPAG acredita que as áreas e prioridades de pesquisa devem ser definidas através de um processo de consulta aos parceiros chave com quem pretende cooperar. A visão dos parceiros que o CEPPAG pretende capacitar, e dos utilizadores finais dos resultados de investigação deve ser incorporada na agenda de investigação do CEPPAG. Por isso, o CEPPAG irá organizar consultas de auscultação individuais e colectivas aos parceiros, incluindo decisores públicos, sector privado, academia, instituições de investigação, e doadores. Como proposta inicial, para orientar as discussões e consultas, o CEPPAG propõe realizar pesquisa nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento agrário sustentável;
- Comércio interno e externo;
- Pobreza e crescimento económico; e
- Política macroeconómica e desenvolvimento rural.

2.1 Desenvolvimento agrário sustentável

A evidência na literatura sugere que o progresso sobre a pobreza e insegurança alimentar e nutricional está bastante lento ou até estagnado em Moçambique. Estimativas do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) indicam que a taxa de pobreza, situada em cerca de 55%, registou uma redução de menos de 1% entre 2002/03 e 2008/09. O MPD também estima que cerca de 46% das crianças moçambicanas com menos de 60 meses de idade sofrem de desnutrição crónica moderada (baixa altura para idade), enquanto a taxa de desnutrição crónica severa (baixo peso para altura) é estimada em 23%.

A literatura indica que os países que conseguiram aumentar a produtividade do sector agrário são os que conseguiram as mais acentuadas reduções da pobreza. Estimativas do Banco Mundial indicam que a agricultura é o principal factor responsável pela redução da pobreza entre 1996/97 e 2002/03 em Moçambique. Neste período, a taxa de pobreza registou uma redução de 15 pontos percentuais (de 69% para 54%). Agregados familiares cujos chefes tenham a agricultura como a sua actividade principal contribuíram com 11 dos 15 pontos percentuais registados na redução da pobreza. Estimativas do Banco Mundial também indicam que a tendência positiva da taxa de crescimento do sector agrária durante este período jogou um papel importante na redução da pobreza, principalmente

nas zonas rurais, embora a produtividade da agricultura ainda seja baixa. Por outro lado, estimativas do MPD indicam que o fraco progresso na luta contra a pobreza e insegurança alimentar em Moçambique durante o período entre 2002/03 e 2008/09 está fortemente associado ao fraco desempenho da agricultura durante o mesmo período uma vez que a maioria da população Moçambicana depende da agricultura para alimentação, emprego, e geração de renda familiar. Por isso, seria difícil considerar qualquer estratégia seria de desenvolvimento de Moçambique que não aborda o desenvolvimento do sector da agricultura.

Ainda que os tópicos finais que irão constar da agenda de pesquisa tenham ainda de ser acordados com os parceiros, julgamos que os mesmos devem ser centrados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e no Plano Nacional de Investimento no Sector Agrário (PNISA). Tentativamente, o trabalho na área de desenvolvimento agrário poderá incluir, por exemplo:

- A estimação dos valores de referência dos indicadores de Monitoria e avaliação do PNISA;
- A quantificação da produção e dos custos de produção agrária;
- Estudos sobre adopção de tecnologias agrárias;
- Pesquisa sobre o desempenho dos mercados agrários;
- Estudos sobre as opções para desenvolver a agricultura em Moçambique;
- A quantificação da eficiência e eficácia das despesas públicas na agricultura.

Parceiros principal: Ministério da Agricultura (MINAG)

Resultados esperados:

- Melhorar a capacidade analítica para aconselhamento aos decisores públicos na implementação do PNISA, através de análises técnicas especializadas, direccionadas principalmente à Direção de Economia do MINAG;
- Assistência técnica ao processo de planificação e preparação de pareceres solicitados pelo MINAG.
- Fortalecimento da capacidade para pesquisa na área de produtividade e tecnologias agro-pecuárias, incluindo estudos de custos de produção, adopção e rentabilidade de tecnologia, e avaliação de impacto. O Centro de Estudos Sócio-Economicos (CESE) do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) seria o principal parceiro neste tipo de trabalho;
- Outra assistência pontual solicitada pelo MINAG

2.2 Comércio interno e externo

Tentativamente, o trabalho na área do Comércio interno e externo poderá incluir, por exemplo:

- A integração dos sectores da agricultura e da energia como forma de geração de renda e promoção do comércio regional.
- A análise da integração espacial dos mercados de produtos agrários;
- O desenvolvimento dos mercados de insumos e a adopção de tecnologias agrárias
- Estudos sobre a competitividade do sector agrário de Moçambique na região, com particular destaque para as comodidades prioritárias do PEDSA/PNISA.
- Os modelos para integrar as cadeias de produção dos pequenos produtores agrários na cadeia de valor agrários.

Parceiros: Ministério da Industria e Comércio (MIC) e MINAG

Resultados esperados: Consciencializar as Direções de Economia do MIC e MINAG sobre os impactos das políticas de comércio interno e externo sobre o sector agro-pecuário e fortalecer a sua capacidade de desenvolver políticas com impactos positivos sobre o sector.

2.3 Pobreza e crescimento económico

A Economia Moçambicana está crescendo a um ritmo bastante acelerado. , com uma taxa média de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) estimada em 7.7% durante o período entre 2001 e 2012. Contudo, enquanto o crescimento económico é uma condição necessária, ela por si só não é suficiente para redução da pobreza e da desigualdade social e económica. A investigação aplicada pode ser útil para fornecer alternativas de políticas que criam oportunidades para integrar os pobre e os grupos vulneráveis na economia. Porém, há muito pouca investigação aplicada sobre como a economia Moçambicana pode integrar os pobres e grupos desfavorecidos.

Os tópicos a serem discutidos com parceiros para possível pesquisa incluem, por exemplo:

- Estudos sobre pobreza e bem-estar em Moçambique, considerando as dimensões territorial e temporal;
- Pesquisa sobre o crescimento económico e desigualdade social;
- Vulnerabilidade e sistemas de protecção social;
- O impacto dos 7 milhões no desenvolvimento económico.

Parceiro principal: Ministério para Planificação e Desenvolvimento (MPD) através da Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP)

Resultado esperado: Continuar a fortalecer a capacidade para análise de pobreza e crescimento económico;

2.4 Política macroeconómica e desenvolvimento rural

Os tópicos a serem discutidos com parceiros para possível pesquisa incluem, por exemplo:

- Orçamentação e as despesas públicas na agricultura;
- Efeito da política monetária e financeira nos agregados familiares, especialmente os mais desfavorecidos;
- Descentralização do estado e o seu efeito na agricultura;
- Crescimento da indústria extractiva e a produção agrária;
- As opções de investimento da renda da indústria extractiva na economia em geral e na agricultura em particular.

Parceiros Principais: Ministério das Finanças (MF) e Banco de Moçambique (BM)

Resultado Esperado: Consciencializar o MF e BM sobre o impacto da política macroeconómica sobre o sistema agro-alimentar e a economia rural em geral e fortalecer a sua capacidade para tomar em conta estes aspectos na sua tomada de decisões.

3. BOLSAS E PROGRAMAS DE INVESTIGAÇÃO

Na persecução das suas tarefas, a equipe permanente do CEPPAG contará com a colaboração de pesquisadores nacionais e internacionais nas diversas áreas do saber. Para facilitar a referida colaboração serão instituídas três tipos de bolsas de pesquisa, nomeadamente:

- i. Bolsas para investigadores ao nível de pós-doutoramento;
- ii. Bolsas para investigadores associados;
- iii. Bolsas para investigadores visitantes.

Os critérios de acesso a essas bolsas serão apresentados em regulamento próprio e estarão sempre condicionadas a disponibilidade de fundos.

4. FORTALECIMENTO DAS UNIDADES DE POLÍTICAS

A chave para o sucesso do CEPPAG é a existência de capacidade mínima nas unidades de políticas dos vários ministérios que colaboram directa ou indirectamente com o CEPPAG. Para criar uma capacidade de pesquisa, é importante que as instituições públicas tenham a possibilidade de atrair e reter estudantes e/ou recém-graduados com alto grau de competência e potencial para crescer ainda mais. Para incentivar a retenção de estudantes, o CEPPAG irá contemplar a organização de um programa de estágios com cada parceiro público, cobrindo o salário do novo licenciado durante o estágio e providenciando fundos para este(a) realizar pesquisa.

Uma vez que o CEPPAG conta com a colaboração de universidades e outras entidades internacionais de pesquisa, este estará em condições de facilitar o acesso a bolsas de estudo no exterior para formação e capacitação a vários níveis. Desta maneira, as universidades exterior irão dispor de estudantes Moçambicanos bem mais preparados para formação superior, e o sector público, o sector privado, a sociedade civil e a academia terão quadros melhor preparados para realizar com sucesso as suas tarefas. Será incentivada a integração desses quadros nas unidades de políticas dos vários ministérios que colaboram com o CEPPAG.

5. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA

A estratégia de comunicação do CEPPAG tem por objectivo colocar os resultados de pesquisa à disposição de potenciais utilizadores. Por isso, a disseminação será efectuada utilizando uma diversidade de mecanismos que permitam alcançar as diversas audiências incluindo decisores públicos, produtores, consumidores, académicos, instituições de pesquisa e parceiros de desenvolvimento. Para alcançar esse objectivo o CEPPAG irá criar a sua série de (i) *Documentos de Trabalho* (CEPPAG Working Papers), (ii) uma série de *Sumário de Políticas* (CEPPAG Policy Briefs), e publicações com revisão de pares tanto nas revistas nacionais como internacionais. A estratégia de comunicação inclui ainda a *série bimensal de seminários técnicos do CEPPAG* e a comunicação de resultados de pesquisa através nos espaços da rádio, televisão, jornais, lista de emails, página de internet do CEPPAG, e outros *medias* sociais de massa como blogues e

twiters. As series de publicações e de seminários do CEPPAG serão bimensais e terão início em Outubro de 2014.

6. MONITORIA E AVALIAÇÃO

Não é fácil medir o impacto dos resultados de pesquisa nas políticas e no desenvolvimento em geral. A visão fundamental do CEPPAG é de que consegue-se impacto com esforço contínuo de pesquisa nos vários domínios, sustentado e comunicado efectivamente ao longo dos anos. Por isso, o CEPPAG irá desenvolver uma estratégia de avaliação que não olha só para a qualidade e quantidades de publicações, e volume de utilizadores (curto prazo), mas principalmente para o efeito que estas tem tido na formulação de políticas públicas, e o resultado dessas políticas no longo prazo.

7. Orçamento

O orçamento tentativo é apresentado na tabela 1. O orçamento será finalizado depois da consulta com os vários parceiros para determinar as áreas específicas que os parceiros desejam incluir no plano de investigação, especialmente os ministérios que cooperam com o CEPPAG.

Tabela 1: Orçamento do CEPPAG projectado para 2015-2019 (mil dólares)

	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Recursos Humanos	427	440	453	467	481	2,267
Viagem/transporte/ajudas de custo	5	5	5	5	6	27
Investimento	172	89	24	21	0	306
Bens e serviços	35	27	28	29	30	149
Formação e bolsas de investigação	58	320	492	532	497	1,900
Disseminação	30	31	32	33	34	160
Estudos e inquéritos	320	793	339	514	225	2,191
Apoio directo ao CEPPAG	1,048	1,706	1,374	1,601	1,272	7,000
Custos indirectos	105	171	137	160	127	700
Apoio as unidades ed políticas	580	567	1,114	1,182	1,182	4,624
Grande total	1,732	2,443	2,625	2,943	2,581	12,324